

[ 100 ]

## *Uma grande trapalhada*

10-02-01

[Medida provisória restringe a ação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança]

[Não cabe a pesquisadores de laboratório decidir se a sociedade deve correr risco]

Que grande trapalhada está sendo o processo de institucionalização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Seu funcionamento deveria ter sido disciplinado por lei aprovada em janeiro de 1995, após meia década de amplos debates que acompanharam a tramitação do projeto no Congresso. Só que dois artigos vetados levaram a um decreto, que tornou a Comissão juridicamente vulnerável. Surge agora uma MP que provoca ainda mais inquietação, pois é impossível que a CTNBio cumpra uma das principais missões que lhe foi atribuída: a de proceder à avaliação de risco, caso a caso. O certo seria responsabilizar as empresas interessadas em comercializar produtos transgênicos pela avaliação de risco, e que os métodos e resultados desses testes fossem submetidos à análise crítica de especialistas disponíveis nos centros nacionais de pesquisa, como propõe a SBPC. O pior, contudo, é a possibilidade de que toda a gestão da biossegurança dos transgênicos seja autocrática.

Uma coisa é convocar cientistas para determinar quais são os riscos da existência e do consumo de determinado produto. Bem diferente é querer que esses cientistas digam também se vale a pena que tais riscos sejam assumidos pela coletividade. Pode ser muito cômodo para muita gente, mas é uma prática contrária à democracia. Não cabe a pesquisadores de laboratório, e muito menos aos que se tornaram anfíbios burocratas, decidir se a sociedade deve correr determinado risco, porque essa resposta depende de seus próprios valores subjetivos, e não de sua competência ou autoridade científica. Ao pretenderem dizer o que deve ser permitido que se coma ou beba, não somente estão abandonando sua missão analítica, como minando o poder das instituições democráticas que devem cuidar desse tipo de decisão. Principalmente numa questão que continuará controversa por muito tempo.

Dois princípios diametralmente opostos estão em jogo: o da precaução e o da familiaridade (ou gestão de riscos). Para os que defendem o primeiro, todo cuidado será pouco até que esteja demonstrado que uma novidade como os OGM (organismos geneticamente modificados) não causará sérios danos à sociedade e aos ecossistemas dos quais ela depende. Do outro lado estão os que acham imprescindível avançar enquanto não houver prova de que as conseqüências dessa novidade sejam realmente nocivas. Esta é a contradição que preside todos os debates sobre os perigos alimentares e ambientais. Tanto as rações que deixaram loucas as vacas e trêmulos os carneiros, quanto a maior freqüência de salmonelas, listérias e dioxinas, resultaram da adoção do segundo princípio. Também foi ele o que reinou antes que o uso de praguicidas químicos, de hormônios para engorda, ou de lodo de esgoto para fertilização, passassem a ser severamente regulamentados. E é a mesma dubiedade que turbina a polêmica sobre as grandes vedetes do momento: as plantas transgênicas.

Os temerários - que se opõem à “precaução” - explicam que o milho e a soja resistentes a herbicidas são similares a alimentos com os quais os consumidores estão completamente familiarizados. E enfatizam que não existe qualquer evidência de que sejam nocivos à saúde pública, ou aos ecossistemas nos quais deverão se propagar. No entanto, como o ineditismo pode reservar surpresas bem desagradáveis, os prudentes querem que eles sejam bem testados antes de obterem autorização para a venda (e com rótulo claro).

Basta espiar os embates travados na OMC para constatar o quanto é essa a contradição que separa o discurso da Europa, a mais ferrenha defensora do princípio da precaução, da argumentação da América do Norte, principal adepta do princípio da familiaridade. Mas esses dois pólos estão longe de ser coerentes, como confirma o recente veto do Canadá à carne bovina brasileira. As regras norte-americanas sobre a loucura bovina e a tremura ovina correspondem à mais pura das precauções. E sempre foi o mais límpido princípio da familiaridade que orientou a Europa quanto a deliciosos queijos, rejeitados do outro lado do Atlântico por não poderem ser preparados com leite pasteurizado.

É fácil deduzir, então, que tudo isso só reflete o poder econômico e político adquirido pelas forças sociais envolvidas e por seus respectivos lobbies. Respeitadas as proporções, as empresas de biotecnologia norte-americanas estão para suas concorrentes européias assim como as redes de produção e comércio de queijos não pasteurizados estão para um punhado de rancheiros ianques. Todavia, contentar-se com essa explicação é subestimar demais os componentes culturais das duas posições. É incomparável o lugar ocupado pela mesa na vida cotidiana e nas práticas recreativas da maioria dos norte-americanos e europeus. Por isso mesmo, são as instituições que garantem o funcionamento democrático de cada sociedade que devem prevalecer na autorização ou proibição do consumo de novos produtos. Não uma comissão de especialistas, por mais iluminados que possam ser.